

Congreso Iberoamericano de Extensión

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA FERRAMENTA PARA A EMANCIPAÇÃO DE MULHERES

Mesa de Trabajo 1. Ciencia, Tecnología y Sociedad

Universidade Federal de Santa Maria - Rio Grande do Sul - Brasil

Maria Celeste Landerdahl¹

Letícia Becker Vieira²

Karine Jacques Hentges³

Mariana Resener de Morais⁴

Laura Ferreira Cortes⁵

Resumo:

A Reforma Sanitária Brasileira tem possibilitado avanços no conceito de saúde, permitindo a inclusão de outros condicionantes, como as questões de gênero, na determinação de saúde e doença; sendo possível abordar no serviço de saúde, um contexto mais amplo de vida das mulheres, marcado por desigualdades que interferem em sua qualidade de vida. Nessa perspectiva, apresentamos o Programa de Extensão/PROEXT-MEC, “Mulheres Conquistando Cidadania”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas públicas, do Departamento de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da

¹Enfermeira, Doutoranda UNIFESP e professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria –RS. Líder do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas do Dep. Enfermagem Universidade Federal de Santa Maria –UFSM – RS. E-mail: mclanderdahl@gmail.com. Orientadora e Coordenadora do Programa Mulheres Conquistando Cidadania – PROEXT

² Enfermeira, Mestre em Enfermagem. Vice-líder do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas do Dep. Enfermagem Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – RS. Programa Mulheres Conquistando Cidadania – PROEXT – Extensão – Departamento de Enfermagem Universidade Federal de Santa Maria E-mail: lebvieira@hotmail.com

³ Pedagoga, Acadêmica de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS. Estagiária do Núcleo de Estudos sobre Mulheres Gênero e Políticas Públicas do Dep. Enfermagem, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: karinejhentges@gmail.com . Relatora

⁴ Acadêmica de Psicologia/UFSM. Membro do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas do Dep. Enfermagem Universidade Federal de Santa Maria. Estagiária do Programa Mulheres Conquistando Cidadania – PROEXT. E-mail: mari_rm_@hotmail.com

⁵ Enfermeira, Residente do Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde. Membro do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas do Dep. Enfermagem Universidade Federal de Santa Maria –UFSM – RS. E-mail: laurafcortez@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Maria/RS/BR. Em fase de finalização, dentre suas ações, em 2010 desenvolveram-se cursos profissionalizantes para mulheres na área da construção civil. O público alvo foram mulheres, usuárias de uma Unidade Básica da Região Sanitária Norte de Santa Maria (RS), onde o referido curso desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como mulheres de outras regiões do município. Finalizaram o curso 38 mulheres, das quais algumas atualmente estão inseridas no mercado de trabalho da construção civil. Entende-se que o desenvolvimento do programa contribuiu na conquista da cidadania feminina, bem como em discussões sobre a necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, em consonância às premissas do SUS. Da mesma forma, apontou novas possibilidades de atuação no campo da extensão universitária, que venham ao encontro de necessidades de usuários dos serviços de saúde

Palavras chaves: enfermagem, saúde da mulher, gênero, extensão universitária.

1. Introdução

As últimas décadas têm sido marcadas por transformações econômicas, socioculturais e políticas no Brasil, apontando para a necessidade de elaboração de novas posturas frente à vida. Discussões no campo da saúde têm como objetivo principal defender a vida, implicando na garantia de direitos de cidadania. Tais premissas, inscritas no arcabouço filosófico da Reforma Sanitária Brasileira, tem possibilitado avanços no conceito de saúde, permitindo a inclusão de outros condicionantes, tais como as questões de gênero, raça, classe, idade e etnia, os quais colocam as mulheres em desvantagem em relação aos homens, interferindo de forma relevante no processo saúde - doença do segmento feminino.

Nesse sentido, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher- PNAISM (2004), elaborada pelo Ministério da Saúde, em parceria com diversos atores sociais define como princípios norteadores o enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde, superando, portanto, a visão reducionista das mulheres, na medida em que aposta na autogestão feminina como componente fundamental para sua emancipação e pleno exercício de sua cidadania.

Diante disso, a extensão universitária, como afirma o Plano Nacional de Extensão Universitária-PNEU (2001, p.5), “é um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável”, sendo uma oportunidade de contato direto da academia com a sociedade. Essa troca entre os saberes acadêmico e popular possibilita reflexões para produção de conhecimento a partir da realidade sociocultural brasileira e regional. Nesse sentido o Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas (NEMGeP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vem desenvolvendo atividades que permitem intervir na vida de mulheres, como forma de contribuir na superação de iniquidades de gênero, possibilitando a conquista de sua autonomia

financeira, um dos eixos presentes no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM, 2008).

Desigualdades entre homens e mulheres vão além da esfera doméstica - resultam na precariedade da inserção da mulher no mercado de trabalho, o que conduz a menores condições de bem-estar e eleva as taxas de pobreza (CLAM, 2010). Dessa forma, contribuir com a autonomia econômica, empoderamento e inserção das mulheres no mercado de trabalho, configuram-se como possibilidades de superar desigualdades históricas de gênero e discriminações das mulheres no mercado de trabalho.

Conceitualmente, empoderamento significa o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social (VASCONCELOS, 2004). Ancorada em princípios da promoção da saúde, o empoderamento aborda condicionantes do processo saúde e doença dos indivíduos, sendo um processo que possibilita que indivíduos e coletivos aumentem o controle e gerenciamento sobre sua própria vida, como forma de alcançarem melhor qualidade de vida e saúde (CARVALHO, 2004).

Neste cenário, a extensão universitária se insere como instrumento para transformar a realidade, como previsto no PNEU (2001), uma vez que tem caráter educativo, cultural e científico, propiciando o encontro entre conhecimento acadêmico e popular, gerando mudanças no contexto onde as pessoas vivem, trabalham e se relacionam. Assim, apresentamos o Programa de Extensão/ PROEXT- MEC, "Mulheres Conquistando Cidadania", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas públicas, do Departamento de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria/RS/BR.

2. Objetivos

O programa teve como objetivo contribuir para a efetivação do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM, 2008), com intuito de promover a cidadania e empoderamento de mulheres, ampliando a discussão entre gestores, órgãos formadores, sociedade civil organizada e pesquisadores (LANDERDAHL, 2009).

3. Metodologia

Respaldado nessa compreensão, o programa propôs o desenvolvimento de três ações integradas entre si, quais foram: três edições de curso profissionalizante na área da construção civil dirigidos a 60 mulheres em especial mulheres moradoras da Região Sanitária Norte de Santa Maria, onde o Curso de Enfermagem/ UFSM desenvolve, desde

1993, um Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão com mulheres, pautado na promoção da saúde, em consonância com o Sistema Único de Saúde.

Ainda, para alcançar os objetivos o programa propôs a realização de um Fórum entre gestores e órgãos formadores de instâncias públicas e privadas e aglutinação das ações por meio de encontros semanais de discussões, com os membros do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas (NEMGeP), onde vem sendo fomentada produção científica, intercâmbio interdisciplinar e articulação de ações.

O Programa encontra-se em fase de finalização, sendo que a 38 mulheres concluíram o curso de capacitação para o trabalho na construção civil na opção assentamento de cerâmicas e assemelhados e/ou pintura predial interna e externa, referente ao eixo técnico, com carga horária de 70 horas, ministrado por profissionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, em seu laboratório, às segundas, terças e quartas-feiras, das 14 às 18h.

Todas as mulheres receberam material impresso em forma de manuais elaborados pelo SENAI, canetas e pastas, bem como material de proteção para exercerem as atividades práticas. Considerando o nível econômico, as mulheres tiveram suas despesas de deslocamento custeadas pelo Programa.

Além disso, o curso teve como segundo eixo, intitulado Oficinas de Saúde e Cidadania, ministrado aos sábados às tarde em uma escola da região norte, por discentes de graduação e de pós-graduação, bem como docentes do Curso de Enfermagem/UFMS, enfermeiras da Secretaria de Município da Saúde e do Hospital Universitário de Santa Maria, Assistente Social e acadêmicos dos Cursos de Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, e Comunicação Social, dentre outros, com carga horária de 30 horas.

O eixo cidadania foi desenvolvido pautado no diálogo e na perspectiva problematizadora, a qual entende o ser humano como agente transformador de sua realidade social, uma vez que, ao desenvolver suas capacidades intelectuais, emocionais e motoras, tem condições de transformar a realidade em que vive (BORDENAVE, 1989).

4. Resultados e Discussões

Os dois eixos foram desenvolvidos concomitantemente, permitindo problematizar o cotidiano de vida das mulheres e o contexto das aulas práticas, possibilitando a troca entre o saber popular e o acadêmico. Para tanto, os conteúdos do eixo cidadania foram desenvolvidos por meio de oficinas, contemplando dinâmicas de grupo e rodas de conversa com o intuito de envolver as mulheres como sujeitos nas discussões.

Importante salientar que a proposta ultrapassa a simples capacitação técnica, uma vez que foram compartilhados conhecimentos específicos na área de gênero, sexualidade, auto-estima, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros, como forma de

instrumentalizar e estimular o empoderamento das mulheres para o exercício da autonomia e cidadania.

Com esta proposta, o eixo cidadania foi implementado por meio das seguintes oficinas: oficina sobre saúde, gênero e empoderamento; oficina sobre vulnerabilidades femininas: HIV/AIDS e violência; oficina sobre sexualidade; oficina sobre direitos das mulheres, com participação de uma defensora pública; oficina sobre informações gerais e documentação para o trabalho, com a participação do presidente do Sindicato da Construção Civil de Santa Maria. Ao final foi realizada a formatura das mulheres com confraternização entre familiares das cursistas e componentes do NEMGeP.

Entende-se que, quando afluência da mulher no mundo do trabalho é facilitada, possibilita o aumento de sua renda, autonomia pessoal, elevando condições sócio-econômicas e de saúde sua e da família (BRASIL, 2008). Durante o desenvolvimento dos cursos profissionalizantes esteve bastante marcada a responsabilidade que as mulheres assumiam sob os cuidados domésticos e com a família, especialmente com as crianças menores e/ou de colo. Considerando essa realidade, buscou-se durante o curso, incluir esses aspectos, tanto no eixo profissionalizante, quando no eixo cidadania, mas, para além disso, buscou-se nas oficinas refletir acerca do papel que a mulher assume na família e sociedade, especialmente evidente nessas situações.

As mulheres participantes demonstraram muita determinação e motivação na realização do curso, superando inúmeros desafios que lhes eram impostos no decorrer da formação como: falta de apoio do companheiro e da família; dificuldades em fazer cálculos, visto que muitas mulheres estavam distantes dos bancos escolares há muitos anos; dificuldades financeiras; falta de um local adequado para deixarem seus filhos, sendo que, em várias oficinas muitos se fizeram presentes com suas mães.

Tais obstáculos foram superados de forma conjunta, com o apoio constante entre as próprias cursistas e com a motivação dos componentes do NEMGeP, resultando na formação de 38 mulheres, em sua maioria comprometida, unida e com disposição a lutar por seu lugar em um mercado de trabalho ainda discriminatório. Vale salientar que algumas cursistas já se encontram no mercado de trabalho como autônomas ou em empresas.

Importante ressaltar, também, que a troca de informações entre elas possibilitou a inserção de duas delas em um curso sobre eletricidade predial na Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e o Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura (FUNDAE). As expectativas dos componentes do Programa eram de que todas as mulheres selecionadas pudessem beneficiar-se do curso de capacitação, e buscar empoderamento e autonomia financeira como possibilidade de autogestão.

Na medida que o curso proporcionou possibilidade de inserção no mercado de trabalho, quer seja de forma autônoma quer seja em empresas, contribuindo assim para a

elevação da qualidade de vida dos envolvidos, entende-se que o mesmo possibilitou o alcance de maior autonomia financeira para as mulheres participantes do programa e suas famílias.

Com base na execução deste programa está sendo desenvolvida a pesquisa intitulada “Percepção de mulheres sobre um curso de capacitação para o trabalho na construção civil” para entender acerca do processo de capacitação das mulheres. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP/UFSM sob CAEE: 23081.011791/2010-26, e encontra-se em fase de coleta e análise dos dados.

Quanto à atividade de desenvolvimento de discussão com gestores, já mencionado, o NEMGeP tem participado de inúmeras atividades onde destaca-se: 09 de agosto de 2010, participação na Câmara de Vereadores, do “1º Seminário Descentralizado Lei Maria da Penha com Acessibilidade Universal” promovido pela Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos de Santa Maria, em parceria com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul - FADERS. A intervenção da prof^a Maria Celeste Landerdahl – coordenadora do NEMGeP e do Programa em questão, trouxe a discussão da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no município apontando os limites e fragilidades da realidade local.

Além disso, destacam-se atividades de extensão, vinculadas ao programa, desenvolvidas a partir da campanha “16 Dias de Ativismo pela não Violência contra a Mulher” que compreendem atividades realizadas nos dias 25 de novembro (Dia da não Violência contra a Mulher), dia 1º de dezembro (Dia Mundial de Combate à AIDS) e dia 10 de dezembro (Declaração Universal dos Direitos Humanos), de forma a conscientizar a população local sobre a relevância dessas datas como momentos que propiciam reflexões acerca de desigualdades de gênero.

Destaca-se, também, a participação na 3ª Semana Municipal da Mulher no mês de março de 2011, onde foi realizado uma ação na Praça Saldanha Marinho na cidade de Santa Maria, de forma a conscientizar a comunidade sobre a importância do Dia Internacional da Mulher, como um dia de luta e reflexão e participação do NEMGeP em mesa redonda “Políticas Públicas para as Mulheres” realizada na Câmara de Vereadores de Santa Maria; palestra “Falando sobre Gênero”, com a participação das integrantes do NEMGeP na Associação de Professores Universitários de Santa Maria - APUSM.

Esses momentos foram muito proveitosos, uma vez que reuniram gestores municipais e representantes de diversos segmentos da sociedade civil organizada, serviços de assistência à mulher e órgãos que devem trabalhar na área da defesa das mulheres, dentre eles a Delegacia da Mulher, Casa de Passagem Aconchego, Ministério Público, Conselho

Municipal dos Direitos das Mulheres, Secretaria de Município da Saúde, Superintendência de Justiça e Segurança Pública, e demais público.

Os debates realizados nestes momentos possibilitarão futuras discussões que poderão apontar para uma construção/efetivação de uma rede de atendimento às mulheres, como preconiza as políticas públicas. Ainda, integrando todos os momentos do processo, está sendo fomentada produção de conhecimento, por meio de participação em eventos e publicações de artigos e trabalhos, bem como um projeto de pesquisa que se encontra em andamento, com intuito de conhecer a percepção das mulheres participantes, sobre o Programa.

5. Considerações Finais

Observou-se que as oficinas de cidadania contribuíram no empoderamento dessa população local, como também, que a socialização deste trabalho cooperou para sensibilizar profissionais de saúde acerca da importância de desenvolver intervenções sociais dessa natureza, como meio de propiciar momentos de reflexão e discussões com a comunidade.

Espera-se, que trabalhos com tais propósitos configurem-se como oportunidades para que mulheres e pessoal envolvido sejam capazes de atuar transformando a realidade social na qual estão inseridos. Isto atenta para a urgência do desenvolvimento do papel social do profissional de saúde pautado na ética e compromisso social, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS e alinhados à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher -PNAISM e ao Plano de Políticas Públicas para as Mulheres - PNPM.

Considerando que essa é uma primeira iniciativa no município de Santa Maria, entende-se que contribuiu na conquista da cidadania de algumas mulheres, bem como em discussões sobre a necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Santa Maria. Da mesma forma, apontou novas possibilidades de atuação de acadêmicos e docentes de diversas áreas do conhecimento no campo da extensão universitária, como forma de ir ao encontro de necessidades de usuários dos serviços de saúde e, de forma mais específica, da cidadania das mulheres.

6. Referências

BORDENAVE, Juan Diaz. **Estratégia de ensino-aprendizagem**. Petrópolis; Vozes, 1989.

CARVALHO, Sérgio Resende. **Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção da Saúde**. Cad. Saúde Pública 2004 jul-ago; 20(4): 1088-95.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 2001

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da mulher: princípio e diretrizes**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília; Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CLAM [Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos]. Apostila do Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade. **Disciplina I – Diversidade, diferença e desigualdade. Unidade III – Gênero, Sexualidades e Desigualdades**. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: CLAM, SPM, UERJ, 2010.

LANDERDAHL, Maria Celeste. **Programa de Extensão “Mulheres Conquistando Cidadania” MEC/ SESu**. Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O poder que brota da dor e da opressão:empowerment, sua história, teorias e estratégias**. Ed. Paulus, Rio de Janeiro, 2004.